

SUMÁRIO

Capítulo 1

FAZENDA PÚBLICA.....	23
1. Generalidades.....	23
2. Entes que compõem a Fazenda Pública.....	23
3. A (re)apresentação da Fazenda Pública em juízo	26
3.1. A posição constitucional da advocacia pública	36
3.2. Procuradores dos órgãos legislativos e dos tribunais de contas	40

Capítulo 2

PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA EM JUÍZO	43
1. Generalidades.....	43
2. Fundamentos justificadores.....	43
3. Prazos.....	45
3.1. Forma de contagem dos prazos processuais	45
3.2. Suspensão dos prazos processuais	46
3.3. Prazos diferenciados para a Fazenda Pública	47
3.3.1. Exceções no próprio CPC.....	48
3.3.1.1. Prazo para propositura da Ação Rescisória	49
3.3.2. Exceções em legislação esparsa e consagradas pela jurisprudência	50
4. Comunicação dos atos processuais	50
4.1. Citação	51
4.2. Intimações	54
4.2.1. Intimação promovida pelo advogado	57
5. Despesas processuais	57
5.1. Adiantamento das despesas	58
5.1.1. Atos praticados a requerimento da Fazenda Pública, do Ministério Público e da Defensoria Pública	58

5.2.	Preparo recursal e porte de remessa e retorno.....	60
5.3.	Despesas em sentido estrito	61
5.3.1.	Adiantamento dos honorários do perito em Ação Civil Pública	63
5.3.2.	Adiantamento dos honorários do perito em caso de beneficiário da justiça gratuita	63
5.4.	Depósito para a propositura de ação rescisória	64

Capítulo 3

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIAS EM DEMANDAS ENVOLVENDO A FAZENDA PÚBLICA.....	65
1. Generalidades.....	65
2. Direito potestativo e direito subjetivo.....	66
2.1. Ação condenatória, ação constitutiva e ação declaratória	67
3. Nota sobre o conhecimento da prescrição e da decadência no CPC	69
4. Prescrição e decadência em face da Fazenda Pública	70
4.1. Interrupção da prescrição	71
4.2. Ação de reparação civil contra a Fazenda Pública	72
4.2.1. Ação de reparação em razão de fatos ocorridos durante o período de ditadura militar	74
4.3. Relações de trato sucessivo	75
4.3.1. Prescrição do fundo do direito	76
4.3.2. Ato de efeitos concretos.....	78
4.4. Prescrição da pretensão executiva.....	78
5. Ação anulatória de ato firmado entre o particular e o poder público.....	78

Capítulo 4

PARTE GERAL DO CPC E FAZENDA PÚBLICA.....	81
1. Generalidades.....	81
2. Fazenda Pública e solução consensual dos conflitos.....	82
2.1. Interesse público e transigibilidade	82
2.2. Autocomposição em matéria de direito público.....	83
3. Negócios jurídicos processuais e Fazenda Pública	87
3.1. Os requisitos da negociação.....	87
3.2. Previsão normativa	88
3.3. Disposição de prerrogativas	89
3.4. Portarias PGFN nº 360/2018 e nº 742/2018.....	91

3.5.	Negócios sobre processos indeterminados, mas determináveis – os protocolos institucionais	93
3.5.1.	A previsão legal sobre os protocolos institucionais e um caso paradigmático	94
3.5.2.	Convênios para a prática de atos processuais	96
4.	Competência.....	97
4.1.	Competência em razão da pessoa	98
4.1.1.	Exceções à competência constitucionalmente delimitada	99
4.1.2.	Intervenção da União e deslocamento de competência	101
4.1.3.	Delegação de competência federal a Juízos Estaduais	103
4.1.4.	Varas da Fazenda Pública na Justiça Estadual.....	105
4.2.	Competência em razão do território	106
4.2.1.	Demandas em que figuram como parte os Estados e o Distrito Federal e um problema de federalismo processual	108
5.	Intervenção de terceiros	111
5.1.	Intervenção anômala ou especial da Fazenda Pública	111
5.1.1.	Legitimidade	112
5.1.2.	Procedimentos que admitem a intervenção.....	113
5.1.3.	Demonstração de interesse econômico.....	114
5.1.4.	Atuação do interveniente	114
5.1.4.1.	Deslocamento de competência em caso de recurso e o conflito entre critérios de fixação de competência absoluta.....	115
5.1.5.	A intervenção anômala comparada à assistência e à intervenção do <i>amicus curiae</i>	117
5.2.	Denúnciação da lide promovida pela Fazenda Pública	119
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública	121
6.1.	Tutela provisória e obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa diferente de dinheiro	122
6.1.1.	Responsabilidade pelos eventuais prejuízos	124
6.2.	ADC nº 4 e ADI nº 4296.....	126
6.3.	Limitações à concessão de tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	128
6.3.1.	Lei nº 8.437/92.....	128
6.3.2.	Lei nº 9.494/97	132
6.3.3.	Lei nº 12.016/2009.....	135
6.3.4.	Ações possessórias – o art. 562, p.ú. do CPC	138
6.3.5.	O art. 1.059 do CPC.....	138

6.4.	Estabilização da tutela antecipada antecedente.....	140
6.5.	Tutela de evidência.....	140
6.6.	Meios de impugnação à decisão que concede a tutela provisória.....	143
6.7.	Síntese: tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	143
7.	Honorários nas demandas envolvendo a Fazenda Pública.....	145
7.1.	Forma de cálculos dos honorários.....	147
7.1.1.	Fixação de honorários por equidade.....	150
7.1.2.	Execução de obrigação de pagar contra a Fazenda Pública....	155
7.1.3.	Honorários recursais.....	161
7.2.	Honorários de titularidade da advocacia pública.....	163
7.3.	Dispensa de honorários quando a Fazenda Pública Federal reconhece a procedência do pedido.....	165

Capítulo 5

PROCESSO DE CONHECIMENTO E FAZENDA PÚBLICA.....	169
1. Generalidades.....	169
2. Audiência prévia de conciliação ou de mediação.....	169
2.1. Audiência prévia como ato necessário do procedimento.....	171
2.2. Multa pelo não comparecimento à audiência prévia.....	173
3. Revelia.....	175
3.1. Efeito material da revelia.....	175
3.2. Efeito processual da revelia.....	178
3.3. Produção de provas pelo revel.....	179
4. Ônus da impugnação específica.....	179
5. coisa julgada nas relações de trato continuado e a cessação de sua eficácia pela superveniência de decisão do STF (temas 881 e 885 da repercussão geral).....	181
6. Remessa necessária.....	185
6.1. Cabimento.....	186
6.1.1. Julgamento antecipado parcial do mérito.....	187
6.2. Natureza jurídica.....	189
6.2.1. Apelação parcial e remessa necessária.....	191
6.2.2. Interposição de Recursos Excepcionais em sede de remessa necessária.....	192
6.2.3. Impossibilidade de <i>reformatio in pejus</i>	193
6.3. Casos em que não haverá remessa necessária.....	193
6.4. Legislação esparsa.....	196

6.4.1.	Ação Popular e Ação Civil Pública	196
6.4.2.	Mandado de Segurança	197
6.4.3.	Juizados Especiais	198
6.4.4.	Arbitragem	198
7.	Fazenda pública e gestão de precedentes	198
7.1.	Atuação preventiva.....	199
7.1.1.	Transação no contencioso tributário de relevante e disseminada controvérsia jurídica.....	200
7.1.2.	Disposição de remessa necessária.....	202
7.2.	Atuação reativa	204
7.2.1.	Precedentes Administrativos e o papel da Advocacia Pública para a redução de litigiosidade	207
7.3.	Portaria Conjunta CNJ/AGU/PGFN/TRFs n. 7/2023	210

Capítulo 6

TUTELA EXECUTIVA E FAZENDA PÚBLICA	213
1. Generalidades.....	213
2. Impenhorabilidade dos bens públicos.....	213
3. Tutela executiva	215
4. Cumprimento de sentença contra a fazenda pública.....	215
4.1. Impugnação ao cumprimento de sentença	217
4.1.1. Excesso de execução – quantia superior.....	221
4.1.2. Inexigibilidade da obrigação fundada em lei ou ato inconstitucional	222
4.1.3. Limitação do litisconsórcio multitudinário.....	224
4.1.4. Efeito suspensivo da impugnação	225
4.2. Cumprimento provisório	226
5. Processo de execução contra a Fazenda Pública	227
5.1. Embargos à Execução	227
5.1.1. Efeito suspensivo dos embargos à execução	230
6. Exceção ou objeção de pré-executividade.....	231
7. Execução entre entes públicos diversos	231
8. Adimplemento das obrigações pela Fazenda Pública.....	232
8.1. Obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa diferente de dinheiro	233
8.2. Obrigações de pagar	234
8.2.1. Precatórios	234
8.2.1.1. Correção monetária e juros.....	238

8.2.1.2.	Atuação do Presidente do Tribunal na gestão dos precatórios	243
8.2.1.3.	Impossibilidade de fracionamento dos precatórios.....	246
8.2.1.4.	Maneiras diversas de utilização de créditos em face da Fazenda Pública.....	248
8.2.1.5.	Cessão de precatório	249
8.2.1.6.	Assunção de débitos pela União	251
8.2.1.7.	Comprometimento das contas públicas e refinanciamento pelo ente público.....	252
8.2.1.8.	Fracionamento de precatórios de alto valor.....	255
8.2.1.9.	Emenda Constitucional nº 62/2009 e ADIs nº 4.357 e nº 4.425	256
8.2.1.10.	Intervenção pelo não pagamento dos precatórios	263
8.2.1.11.	Inconstitucionalidade do cancelamento automático dos precatórios e RRPV federais depositados há mais de dois anos	263
8.2.2.	Requisições de pequeno valor.....	265
8.2.2.1.	Renúncia a parcela do crédito.....	269
8.2.2.2.	Execução invertida ou cumprimento por iniciativa do devedor.....	269
8.2.3.	Emendas Constitucionais nº 113/2021 e nº 114/2021	272
8.2.3.1.	Destinação do precatório/RPV emitido em favor de devedores do Fisco.....	272
8.2.3.2.	Aproveitamento consensual de valores devidos por um ente a outro.....	273
8.2.3.3.	Imposição temporária de limites para alocação de despesas com o pagamento de precatórios ...	276
8.2.3.4.	Precatórios Federais decorrentes de demandas de complementação do FUNDEF	282

Capítulo 7

EXECUÇÃO FISCAL.....	285
1. Generalidades.....	285
2. Certidão de Dívida Ativa (CDA).....	286
2.1. Protesto de CDA.....	289
3. Legitimidade.....	290
4. Competência.....	294
5. Intimação pessoal	296

6.	Procedimento	296
7.	Responsabilidade patrimonial na execução fiscal.....	305
7.1.	Fraude à execução fiscal.....	306
7.1.1.	Enunciado nº 375 da Súmula do STJ	308
8.	Ordem preferencial de penhora.....	310
8.1.	Substituição da penhora por dinheiro, fiança bancária e seguro-garantia	311
8.2.	Nomeação de bens de terceiro.....	316
8.3.	Impugnação da avaliação	316
9.	Reunião de execuções	317
10.	Defesa do executado – embargos à execução fiscal.....	318
10.1.	Embargos à execução fiscal por carta	324
11.	Prescrição intercorrente	324
11.1.	Temas 566 a 571 dos Recursos Repetitivos.....	328
12.	Concurso de penhoras e concurso de credores	332
13.	Expropriação	336
14.	Sentença, recursos e coisa julgada.....	338
15.	O congestionamento do poder judiciário e o futuro da execução fiscal	340

Capítulo 8

MEDIDA CAUTELAR FISCAL	345
1. Generalidades.....	345
2. Legitimidade.....	346
3. Competência.....	346
4. Tutela de urgência de fundamentação vinculada.....	347
4.1. Constituição do crédito tributário e hipóteses excepcionais	349
4.2. Discussão administrativa do crédito constituído	350
5. Procedimento	351
5.1. Medida cautelar antecedente	351
5.2. Medida cautelar incidental	354
5.3. Decisão liminar	354
5.4. Efeitos da concessão da medida	355
5.4.1. Prestação de garantia	358
6. Cessação da eficácia da medida cautelar.....	358

Capítulo 9

MANDADO DE SEGURANÇA.....	361
----------------------------------	------------

1. Generalidades.....	361
2. Cabimento	361
3. Legitimidade.....	366
3.1. A autoridade coatora	368
3.1.1. Teoria da encampação.....	372
4. Competência.....	373
5. Vedações ao manejo do mandado de segurança.....	375
6. Tutela provisória.....	378
7. Prazo para impetração.....	380
8. Procedimento	381
8.1. Carga eficaz da sentença em mandado de segurança	387
8.2. Litisconsórcio	388
8.3. Competência originária de tribunal	389
8.4. Regime recursal	390
9. Mandado de segurança coletivo.....	394

Capítulo 10

INCIDENTE DE SUSPENSÃO DE DECISÕES CONTRA O PODER PÚBLICO	399
1. Generalidades.....	399
2. Natureza jurídica e contornos básicos.....	399
3. Legitimidade.....	401
4. Competência.....	402
5. Cabimento	403
6. Procedimento	404
6.1. Paralelismo entre o pedido de suspensão e o recurso na demanda originária	407
6.2. Regime recursal	408
6.3. Suspensão de múltiplas decisões	411
BIBLIOGRAFIA.....	413